



**50**  
**ANOS**

1974  
2024



**UNICAMP**  
Programa de  
Pós-graduação

**Ciência Política**

# **A institucionalização dos estudos sobre partidos e comportamento político no PPGCP Unicamp**

Entrevistada  
**Rachel Meneguello**

03 de julho de 2023

**Acervo Digital Cedec-Ceipoc**

Coleção de 50 anos  
do Programa de Pós-Graduação  
em Ciência Política  
IFCH/Unicamp

# COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

## Unicamp:

### **Reitor**

Antonio José de Almeida Meirelles

### **Diretores do IFCH**

Andreia Galvão

Michel Nicolau Neto

### **Coordenador do PPGCP**

Álvaro Gabriel Bianchi Mendez

### **Subcomissão do PPGCP**

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Andrei Koerner

Wagner De Melo Romão

## Equipe Acervo Digital Cedec-Ceipoc:

### **Pesquisadores**

Andrei Koerner (Coordenador)

Lígia Barros de Freitas

Mariele Troiano

Raquel Kritsch

Wilson Vieira

### **Auxiliares de Pesquisa**

Aurora Leão Botelho

Waleria Oliveira Vicente Ferreira

Yasmin Domingues de Oliveira

### **Assistentes de Pesquisa**

Celly Cook Inatomi

Lucas Baptista

Ozias Paese Neves

Pedro Henrique Vasques

### **Apoio Técnico**

João Paulo Berto



# ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

## COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Esta coleção traz entrevistas com docentes e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Unicamp, e faz parte do projeto de memória por ocasião da comemoração dos seus cinquenta anos. O PPGCP foi criado em 1974 com uma proposta inovadora, com aprofundada formação teórica e metodológica de caráter multidisciplinar, para a produção científica de ponta e engajada na transformação das condições políticas e sociais do Brasil. Um dos mais tradicionais e importantes da área de ciência política no país, na qual imprime a marca da sua 'heterodoxia rebelde', o PPGCP recebeu nota máxima no último processo de avaliação da Capes.

A memória dos docentes do PPGCP confunde-se com a história da ciência política brasileira e com as transformações mais globais em nossa política e sociedade. O período compreende mudanças de grande alcance no regime político, na sociedade e no modelo de desenvolvimento do país, na forma de organização da Universidade, nas referências teóricas e modelos de pesquisa em ciências sociais e ciência política, bem como nas condições materiais e técnicas de pesquisa.

As entrevistas foram desenhadas com um espectro amplo de temas, para serem capazes de abarcar e registrar essas transformações como um todo. Como documentos de memória, elas trazem relatos da experiência didática e de pesquisa dos docentes, que traçam a formação e as mudanças dos programas e dos métodos de trabalho dos docentes. Eles estabelecem concretamente as articulações entre as mudanças no contexto político, as condições institucionais e objetivos do PPGCP com os projetos individuais e coletivos dos docentes pesquisadores. Esses documentos servem como instrumentos de apoio à formação dos discentes na medida em que disponibilizam, de forma sistemática e acessível informações sobre a trajetória das pesquisas e os vínculos entre projetos, atividades e produtos do PPGCP. Por isso, os documentos de memória servem como materiais para a pesquisa sobre o pensamento político brasileiro, uma das linhas do programa.

As entrevistas foram realizadas pela equipe do Acervo Digital Cedec-Ceipoc, cujo objetivo é estabelecer frentes de diálogo com ativistas, intelectuais e pesquisadores que estejam envolvidos em um dos três eixos que sintetizam as históricas agendas populares de resistência ao autoritarismo no país: democracia, estado de direito e desenvolvimento. O objetivo é coletar experiências, organizar visões e propostas a fim de divulgar amplamente conjuntos de abordagens sólidas e orientadas que auxiliem a reflexão e a ação daqueles interessados em disputar na arena pública a defesa dos valores democráticos. A pesquisa foi financiada com recursos do PROEX/Capes (Proc. AUXPE n° 444/2021).

# ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

**Coordenador:** Andrei Koerner

**ENTREVISTADA:**

Professora Rachel Meneguello

**Entrevistadores:**

Mariele Troiano

Celly Cook Inatomi

Fernando Augusto Bizarro Neto

Oswaldo Martins E. do Amaral

Andrei Koerner

**Data de realização:**

03 de julho de 2023

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

São Paulo, novembro de 2023.

## INÍCIO DA ENTREVISTA<sup>1</sup>

---

**Mariele Troiano:** Hoje daremos sequência à série de entrevistas em comemoração aos 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O objetivo das entrevistas é apresentar trajetórias que contribuíram para a formação do Programa e reunir perspectivas acerca do momento político presente. A nossa entrevistada de hoje é Rachel Meneguello, professora titular, pesquisadora e pró-reitora da Pós-Graduação da Unicamp. Justamente por ter como um dos seus propósitos a realização de entrevistas com pesquisadores, explorando os impactos da situação política atual sobre as trajetórias de suas respectivas pesquisas, a equipe do Acervo Digital do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), em conjunto com o Centro de Estudos Internacionais e de Política Contemporânea (Ceipoc), é responsável por essa atividade. Além da própria equipe do Acervo Digital Cedec-Ceipoc, Oswaldo Amaral, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, e Fernando Bizzarro, da Universidade de Yale, que já foram orientandos da professora Rachel Meneguello, participam desta entrevista.

A conversa percorrerá, inicialmente, questões relacionadas a pesquisas em andamento da professora Rachel, tratando da atualidade política e suas relações com o campo acadêmico. Na sequência, faremos uma incursão em sua trajetória no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, bem como em sua experiência de gestão da Universidade. Por fim, conversaremos sobre as perspectivas da professora para o futuro. Agradeço à Rachel Meneguello pela oportunidade. É uma honra poder conduzir esta entrevista. Para dar início à primeira sessão, perguntamos: professora, quais os temas de pesquisa sobre os quais você se debruça atualmente?

**Rachel Meneguello:** Boa tarde, é um prazer estar nesta roda de conversa para esta entrevista. É muito bom poder falar um pouco sobre as coisas feitas ou para as quais nos dedicamos. Vai ser muito divertido conversar sobre isso com vocês.

A respeito das pesquisas sobre as quais me debruço hoje, acredito que aquelas sobre a democracia são as que tomam a maior parte do meu tempo. Os meus interesses, no geral, são mais amplos, mas me concentro nos projetos em andamento. Atualmente, tenho um grande projeto a respeito da questão da representação política e da crise democrática, não apenas com foco no caso brasileiro, mas em comparação com outros países. Em boa medida, ele se desenvolve com dados empiricamente coletados através de *surveys*, coletados também no exterior através de um convênio amplo (Comparative Study of Electoral Systems Project). Tenho me dedicado a esse assunto já faz algum tempo e ele é muito relacionado ao meu tema de origem, que nunca deixei de lado e nem perdi interesse, que são os partidos políticos. A ponte é essa, a representação política.

Essa pesquisa ou o interesse pela questão democrática tem dois eixos. Um deles, é a representação, a eficácia do sistema representativo, do sistema eleitoral, as movimentações do sistema partidário e o que isso significa, hoje, como mecanismo de representação frente a uma crise democrática que, na verdade, se não é mundial, é ocidental. Vários países vão sofrer das mesmas consequências da limitação que esses canais têm demonstrado. O outro eixo tem

---

1 Entrevista transcrita por Mariana dos Santos Escobar.

a ver com os valores, as atitudes e a própria adesão à democracia. O que é que tem feito com que a adesão à democracia, por hábito, costume ou discurso, tenha se transformado em um componente muito normativo na cabeça das pessoas? Normativo em termos de atitudes e princípios e, cada vez menos, como comportamento ou adesão, de fato, a determinadas formas de sociabilidade das relações sociais. Esse descompasso tem se mostrado grande, não apenas no Brasil, mas também em alguns outros países. Aqui é muito mais sério, em meu modo de ver, porque não temos uma tradição tão grande da questão. Esse é o meu interesse atual, o quanto fomos ingênuos com a ideia da consolidação democrática. E sobretudo nós, latino-americanos e, ainda mais especialmente, sul-americanos. Sofremos mais de vinte anos com ditaduras militares no Conesul e as sequelas são muito graves. A consolidação democrática não consegue dar conta desse legado. Ela não conseguiu superá-lo devidamente. E não acredito que será superado, porque é uma sequela importante em termos institucionais, de relações sociais e posição de valores. Este é meu interesse: identificar esse cenário e como deveríamos voltar a analisá-lo para além dos paradigmas de consolidação democrática, considerando as sequelas que todos temos, mas que, sobretudo, o caso brasileiro enfrenta em relação a isso.

**Mariele Troiano:** Obrigada, Rachel. Como você apresentou, todos esses temas, representação, adesão, valores e atitudes, são muito relevantes diante da realidade da democracia brasileira, especialmente em termos da consolidação democrática. Você poderia descrever como e por que decidiu estudar essas questões neste momento?

**Rachel Meneguello:** Essas questões me perseguem faz tempo, há uns quarenta anos. O interesse pela construção democrática vem desde o meu mestrado, talvez por ter sido esse, também, o momento da construção da democracia. Se volto um pouco no tempo, meu mestrado é feito exatamente no momento dessa consolidação, das discussões sobre a transição e do colégio eleitoral, da Constituição Brasileira de 1988. Esse estímulo do contexto sempre foi muito presente e, nos dias de hoje, ele é cada vez mais presente. Estamos vendo a democracia se esvaír ralo adentro. Ficamos felizes com a inelegibilidade de Jair Bolsonaro, contudo, isso, certamente, não é suficiente. É claro que é um bom passo, um alento, mas tem mais coisas que, talvez, devêssemos prestar muita atenção. Muitos pesquisadores estão analisando outras dimensões, como as relações sociais, os comportamentos, enfim, dentro da “ideia” de bolsonarismo. Tudo isso está sendo suprido pelos colegas, mesmo de outras áreas. Eu consigo dizer com clareza que, nos últimos quarenta anos de pesquisa, este contexto atual é o que mais me motivou a desenvolver meus trabalhos. Se alguém disse que a Ciência Política é uma ciência aplicada, no meu caso, ela é mesmo. O contexto está aplicado nos muitos temas que eu venho trabalhando ao longo dos anos.

**Mariele Troiano:** Temas complexos e em curso. E quais são as suas atuais estratégias para enfrentar essas questões de pesquisa? Gostaríamos de saber quais tipos de dados você utiliza e a forma como os coleta.

**Rachel Meneguello:** Eles são de dois tipos, mas, atualmente, principalmente, são dados de *surveys*, que são dados de nível individual. Esse é um enfoque de pesquisa que tenho há

muito tempo, e que, na verdade, foi onde eu me introduzi, mesmo antes de fazer o mestrado, trabalhando no Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). Foi ali que eu entendi o que era o *survey*, que era feito exatamente sobre comportamento político no momento da democratização. No Idesp, havia um grupo de professores que se dedicava a construir a área da cultura política, do comportamento político e social, com mais solidez. Então, eu já conhecia o *survey* há algum tempo e assumi meu interesse nisso, porque são dados onde o cidadão, somado ou agregado, está falando alguma coisa, está exprimindo e expressando algo sobre as eleições, a abertura e democracia. Esse é um tipo de dado ao qual me dedico bastante. Uma das consequências disso foi a construção do banco de dados do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), ao lado de outros colegas. Ele possui dados de nível individual feitos de várias formas, por vários agentes de pesquisa, e que dão enfoque na cultura política, nos sujeitos individuais falando sobre o sistema, acerca do contexto e a respeito do sistema político.

O outro tipo de dado são os dados agregados oficiais: dados eleitorais, e dados demográficos e socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para fazer uma série de cenários e explicativos de comportamentos. Eles são objetivos, de outra natureza, sempre agregados. Eu muito raramente me dediquei a entrevistas e a dados qualitativos. No mestrado, realizei entrevistas, todavia, a minha embocadura foi para o dado quantitativo mesmo, nessas dimensões diferentes, a dos dados individuais, por um lado, e dados objetivos oficiais, agregados, por outro.

**Mariele Troiano:** Você é uma referência obrigatória para quem estuda partidos políticos em suas diversas interfaces, enquanto organização, a relação com o eleitorado e com o governo. Em um exercício de encontrar um denominador comum na trajetória de todas as suas pesquisas, há dois tópicos de análises que são particularmente exemplares: os partidos políticos e a confiança dos cidadãos na democracia e suas instituições. E existe aí uma equação de que, ao mesmo tempo em que os partidos políticos são fundamentais para a democracia, eles estão entre as instituições nas quais, atualmente, os eleitores têm menos confiança. Nas suas pesquisas mais recentes, como você interpreta essa desconfiança e quais as consequências disso para a democracia, não só no Brasil, mas também em outros países?

**Rachel Meneguello:** Você acabou de falar que eu trabalho para entender um enorme descompasso. Por um lado, com os partidos políticos, a organização e o papel que eles têm nos governos, e sobre o eleitorado e, ao mesmo tempo, aquilo que mostra que eles não conseguem dar conta do que é fundamental: a representação. Qual é o descompasso? Estudo sujeitos políticos organizados que, na verdade, têm uma deficiência claríssima de legitimidade. A confiança institucional é fundamental para aquilo que entendemos como a legitimidade que as instituições têm que ter no sistema democrático. Esse é um tema que trabalhei com a Fabíola del Porto<sup>2</sup>, que foi também minha aluna e hoje é pesquisadora do Cesop. Temos desenvolvido estudos nesse campo, porque a confiança perpassa muito a relação entre cidadãos e o sistema

---

2 Ver: Meneguello, Rachel; del Porto, Fabíola B. A desconfiança política dos eleitores em face do Congresso Nacional e dos partidos políticos: o déficit de nossa história representativa. *Revista USP*, n. 134, 2022, p. 179-196; Meneguello, Rachel; del Porto, Fabíola B. A confiança em um governo de crise e retrocesso. *Revista USP*, n. 131, 2021, p. 81-98.

político. Confiança é entendida como a medida em que os cidadãos, de fato, se sentem representados. As instituições são intermediadoras frente ao Estado, e não são só representadas pelos partidos políticos: são também pelo serviço público, o Judiciário e tantos outros... Dessa forma, a desconfiança dos cidadãos com todos esses intermediários certamente coloca em cheque a relação e o funcionamento democrático. Quando se tem partidos de um lado e essa relação de outro, existe um dilema seríssimo: como eles ainda organizam a vida política? Pois eles estão, ao mesmo tempo, organizando a vida política, os interesses, as propostas de governo, de legislação e representação e ainda há um afastamento enorme do cidadão.

Os dados que temos do último Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), feito em 2022, permitem observar uma tendência de vinte anos e uma grande piora. Em 2002, perguntamos se as pessoas lembravam em quem elas votaram para deputado estadual e federal e, por volta de 25% a 28%, disseram que não se lembravam; em 2022, a taxa de não lembrança, quinze dias depois das eleições, está entre 47% e 48%. A pergunta não era sobre a eleição do ano anterior, mas sobre apenas quinze dias antes. Claro que esse dado não pode ser visto sozinho, contudo, ele é indicativo de que existe uma tendência realmente negativa, declinante, na confiança do sistema representativo. A eficácia dele está em xeque. Precisamos prestar atenção aqui. Essa é a relação que eu vejo. É esse o meu interesse no estudo de instituições representativas e confiança institucional.

**Mariele Troiano:** No artigo “Para onde foram os partidos na opinião pública?”<sup>3</sup>, de 2022, escrito com o Oswaldo Amaral, vocês afirmam que as últimas três décadas e meia foram representadas por um terreno político populoso, contendo mais de trinta siglas partidárias, de diversos espectros ideológicos e um intenso movimento de rearranjo. A fragmentação do sistema partidário brasileiro é vista como um dos principais desafios para a democracia contemporânea. Qual é o papel que os partidos têm tido na democracia brasileira contemporânea?

**Rachel Meneguello:** Nesse artigo, escrito com o Oswaldo, que é um parceiro em pensar partidos e o Partido dos Trabalhadores (PT), damos um panorama, não apenas do caso brasileiro, mas também do papel dos partidos políticos na opinião pública em outros países e como eles vêm perdendo esse terreno. No Brasil, em específico, a fragmentação partidária e a legislação que define isso é muito cruel. Mesmo no debate bibliográfico e entre colegas estudiosos do tema o assunto é um: o sistema partidário deve ser reduzido e ter somente um número pequeno de partidos, ou que a legislação deve ser melhorada, de maneira a limitar o acesso às casas legislativas e, assim, o próprio mercado partidário vai dando conta de reduzir ou de redesenhar o cenário. Uma legislação que delimite os requisitos dos quais os partidos precisam para se organizar elimina uma série de propostas de representação de grupos, e isso é muito ruim para a democracia. Ter trinta partidos, a rigor, não é ruim; mas tê-los em uma câmara representativa, sim, é um problema. Tem que se ter em conta o desenho da força política dos partidos. Eu acredito que o nosso sistema eleitoral, o código e a legislação, precisam de ajustes. A última eleição já começou esse processo. Houve uma boa diminuição de siglas no Congresso Nacional, apesar de não ser enorme. Será que isso nos ajuda? Eu acredito que sim.

---

3 Meneguello, Rachel.; Amaral, Oswaldo. E. do. Para onde foram os partidos na opinião pública? As percepções sobre os partidos políticos na redemocratização no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, set. 2022, p. 55-67.



Não vejo na governabilidade o problema do número dos partidos e da fragmentação; eles podem dificultar. Contudo, a questão principal é a da representação. Um canal difícil para o indivíduo, que dificulta a própria organização da política e multiplica as possibilidades dessa organização na casa deliberativa. A relação com o governo é outro assunto, mas no Congresso, eu considero um problema. No artigo, nós não entramos nessa discussão, porque ela é muito mais geral. O caminho para apontar a fragmentação partidária, como problema, é esse: ela não ter um lugar devidamente regulado nas casas de representação.

**Mariele Troiano:** Obrigada pela resposta, Rachel. Você já comentou em seminários, em aula inaugural e ainda orientou trabalhos sobre o papel do Poder Judiciário na dinâmica política eleitoral. Sendo uma estudiosa de partidos e da representação política, como você analisa a discussão sobre o papel do Judiciário na democracia?

**Rachel Meneguello:** Essa questão atinge alguns pontos importantes. Há alguns anos, o ponto central era a judicialização da política, com o Judiciário entrando no terreno daquilo que a política deveria coordenar. Eu acredito que hoje isso adquiriu outro perfil. Frente à crise democrática que tivemos nas instituições, na política e no campo social durante os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, o Judiciário mostrou-se um eixo fundamental na correlação de forças, controlando o sistema e, sobretudo, mostrando a todos que não podemos ser ingênuos com o movimento contrário à democracia. O que algumas pessoas chamavam de ativismo judiciário de Alexandre de Moraes ou de outros ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ou do próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na verdade, foi um mecanismo de controle.

Claro, nunca nos vimos em uma crise desse tamanho, não durante esse período democrático e, talvez, a crítica à exacerbação do papel institucional seja importante em uma democracia. As instituições não devem se sobrepor ao que está acontecendo, mas elas precisam fazer o controle. Nesse aspecto, na crise brasileira, o Judiciário fez exatamente uma ação de controle com seus mecanismos, a fim de dar conta do movimento contrário, aos ataques que ela vinha recebendo e as possibilidades autoritárias que estavam se abrindo e que eram óbvias. O controle feito pelo Judiciário foi ótimo, ele foi bem firme e fundamentado na defesa contra a crise bolsonarista na democracia.

**Mariele Troiano:** Ainda a respeito dos últimos dez anos, gostaríamos de saber de que maneira os acontecimentos políticos, tomando os acontecimentos de junho de 2013 como uma referência genérica, influenciaram a sua ação enquanto pesquisadora?

**Rachel Meneguello:** Influenciaram o tempo todo. Nós vimos todas aquelas pessoas nas ruas, em junho de 2013, e elas não estavam ali somente pelos vinte centavos e passe livre. Havia uma recusa dos partidos e de bandeiras partidárias. Se alguma bandeira era levantada, ela era retirada no meio da grande organização. Aquilo foi um alerta muito importante da crise e um elemento da ebulição de movimentos que não víamos há tempos.

Acredito que nós tivemos anos felizes com os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o controle da inflação e, depois, a exitosa política de redistribuição de renda e de consumo, com Lula. Esses anos, que exageradamente chamo de “dourados”, de repente, deram esse susto em nós. Um aviso de uma crise econômica, de valores e, especialmente, do descontentamento e da insatisfação dos cidadãos. Indicadores muito claros.

Há vinte anos nós fazemos a pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro aplicada logo após as eleições e, na de 2014, levamos um susto quando veio o dado da preferência pela democracia. Houve uma redução de 12 a 15 pontos, em um país em que, desde que começamos a fazer a pesquisa, existia uma linha ascendente nesse quesito<sup>4</sup>. Foi um susto. O que estaria acontecendo? E isso virou uma constante, em que, apesar da queda não ter sido mais acentuada, não subiu no mesmo patamar, como observado nas pesquisas que fizemos em 2006 e 2010<sup>5</sup>. Sempre existem oscilações, mas o descontentamento que começou a aparecer ali com força, certamente, influenciou as perguntas que passamos a fazer e as análises que começamos a desenvolver a respeito da construção do que era a cidadania.

Para se ter uma ideia da relevância desses dados e de como 2013 teve uma influência importante, ainda em 2010, quando fizemos a análise da pesquisa de adesão à democracia, observamos que o conhecimento da política de distribuição de renda e do Bolsa Família ampliava a força dos indicadores de adesão democrática<sup>6</sup>. Isso não teve mais impacto. Ou seja, naquele momento, perdemos os referenciais que foram criados de democracia, do Plano Real, do Bolsa Família, dos dois momentos social-democratas brasileiros de FHC e de Lula.

O governo de Dilma Rousseff foi realmente um momento de crise, que se agravou com o *impeachment*. Em seu lugar, Michel Temer, avaliado como o pior presidente que já tivemos no Brasil e que desemboca no terreno populista de descontentamento, de perda de importância das instituições, da recusa da política e dos partidos. Jair Bolsonaro, com um discurso populista genérico, conservador e de extrema direita, ganhou a eleição de 2018. O ano de 2013 era a crônica de uma morte anunciada sem saber que era uma crise da democracia. Hoje, eu posso ver assim.

**Mariele Troiano:** Interessante, Rachel. Você possui pesquisas realizadas em parcerias com outras instituições nacionais, como a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e internacionais, como a Universidade de Michigan. Em relação aos trabalhos realizados por grandes grupos de pesquisa, que envolvem diversos pesquisadores de diferentes instituições, você destacaria alguma mudança temática, teórica ou metodológica nesta última década?

**Rachel Meneguello:** Acredito que, tematicamente, nesse convênio internacional sob a coordenação da Universidade de Michigan e participação de pesquisadores de, pelo menos, trinta países, fomos convergindo para uma preocupação grande com a crise democrática e o

4 Meneguello, Rachel. Caminhos do fenômeno democrático: percepções públicas sobre a democracia brasileira. 9º Congresso ALACIP, Montevideo, julho/2017.

5 Meneguello, Rachel. Cidadãos e Política: diagnóstico da adesão democrática e valores. Texto para discussão CEPAL-IPEA, n. 8, 2010.

6 Meneguello, Raquel. El apoyo a la democracia y el rol de los programas sociales como intermediadores de la legitimidad democrática. Congresso LASA, São Francisco, maio 2012.

populismo. Fazemos muitas conversas, seminários e *workshops* sobre esses assuntos nos últimos anos. Essa preocupação com o sistema representativo e com o populismo crescente, cabe destacar, não é somente latino-americana ou brasileira, ela é realmente ocidental das democracias partidárias. Outros países, como Itália e Hungria, têm passado por isso. A mudança, na verdade, é uma convergência na preocupação. No campo metodológico, acredito que isso acontece menos. Pode ter havido aperfeiçoamentos metodológicos, mas não mudanças. Há certo consenso de quais são os dados, as melhores formas de analisar ou as embocaduras metodológicas mais adequadas para tratar desses temas. Acredito que essa é também uma convergência.

Em termos nacionais, as instituições com as quais fizemos parceria tinham muito a ver com os temas de nossos projetos temáticos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Sobre essa preocupação com a democracia e com o sistema de integridade, fizemos parceria com a Universidade de São Paulo (USP). Em projeto temático anterior, em relação a partidos, nos unimos com a UFSCar e a Unesp. Portanto, a “navegação é entre um porto e outro”, entre partido e a democracia. Essas coisas acontecem meio que naturalmente, vamos nos unindo a colegas que tenham essas mesmas preocupações.

**Mariele Troiano:** Se olharmos os dados sobre investimentos na área de Educação, Ciência e Tecnologia, percebemos um padrão de queda que vem se acentuando desde o início de 2012, especialmente no campo das Ciências Humanas. Suas pesquisas sofreram os efeitos disso? Houve dificuldades de financiamento de pesquisas?

**Rachel Meneguello:** Pessoalmente não posso reclamar, pois tive os apoios da Fapesp para os projetos temáticos. Todavia, acredito que a reclamação é de outra ordem. Existe uma dificuldade muito grande nas Ciências Humanas, que exigem muitas justificativas de pesquisa.

As coisas melhoraram, mas sou aqui obrigada a compartilhar as dificuldades que eu tive, em 2002, para pedir autorização da Fapesp para a realização de um *survey* nacional que não fosse produzido com alunos. Como é que eu vou mandar alguém para o Amapá ou Mato Grosso para fazer entrevista? Tínhamos que fazer um esquema de outra natureza, o que, por sua vez, tornava a pesquisa evidentemente custosa. O argumento que eu usei em 2002 mudou em 2014, 2018 e 2022, porém, a ideia de que as pesquisas das Ciências Humanas não precisam ser caras, como as de outras áreas, é ainda muito presente. Ou seja, não é mais tão difícil como já foi, mas não é tão fácil assim justificar o gasto e o custo de alguns investimentos que metodologias e movimentos de pesquisas grandes da área necessitam. E se a Fapesp dá conta dessas pesquisas aqui em São Paulo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem um país inteiro para financiar, banca apenas uma parcela minúscula. Então, ou você participa de um grupo grande de pesquisa, como um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), ou não faz pesquisa. Se você decide fazer de maneira “amadora”, pela redução do tamanho e não pelo método, a pesquisa acaba reduzida, tanto em escopo quanto na importância que ela pode ter. Ainda não está tão fácil, a dificuldade de falar com a Fapesp sempre existe, mas nesses casos deu tudo certo. Não é uma reclamação, mas uma constatação de que não é tão fácil ter bons recursos para nossas pesquisas.

**Mariele Troiano:** E você precisou redesenhar alguma pesquisa?

**Rachel Meneguello:** Não. Se eu redesenhasse ou diminuísse o tamanho da pesquisa, não faria a pesquisa original. Tive que ficar brigando com aquele argumento até ele funcionar. Transformar uma pesquisa nacional em regional? Ela não funciona. No caso brasileiro, o custo é realmente grande para algumas coisas, como mobilizar empresas e contratar pessoas. De fato, é uma questão de argumentar e ter o outro lado certo para escutar.

**Mariele Troiano:** A última pergunta dessa sessão é sobre seu diálogo com a opinião pública. Você possui diversas atuações na mídia, participando de entrevistas e de debates. Qual é a importância do diálogo entre universidade e opinião pública? Você percebeu alguma mudança na importância dessa interface nestes últimos anos?

**Rachel Meneguello:** É importante você se tornar público, ter espaço para falar o que vem sendo feito, que está sendo descoberto, ou para apresentar novas opiniões sobre as coisas do cotidiano da sociedade, que não dá conta de ficar pensando academicamente ou cientificamente isso. Esse espaço de publicização das coisas é muito importante. Durante a pandemia, ficou evidente que a informação sobre a ciência passou a ocupar muito espaço da mídia. A informação médica qualificada, contra a morte, a informação da sobrevivência. O acesso a essas questões produziu um diferencial muito grande. Esse é um ponto que a pandemia deu para o campo da ciência: dar acesso e instigar a procura por informação qualificada. Porém, embora eu acredite que a interlocução entre a academia e a opinião pública, através dos meios de comunicação, seja fundamental, minha percepção é que a mídia não tem muito espaço para a informação qualificada. À exceção do evento mundial da pandemia, e embora a mídia tenha ampliado o tempo dedicado à informação científica, ele ainda é pequeno e ocupa pouco interesse.

**Celly Cook Inatomi:** Professora, vamos dar início ao segundo bloco da entrevista, focado na sua trajetória dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Unicamp. Vamos nos aprofundar em sua formação, seja na graduação, mestrado e doutorado, e nas suas pesquisas ao longo desses anos. Passo a palavra agora para Fernando Bizarro.

**Fernando Bizarro:** Qualquer pessoa que tenha estudado com Rachel – e eu tenho certeza de que isso é verdade, porque o Oswaldo comentou a mesma coisa – alguma vez a ouviu contando que aprendeu a fazer regressão à mão. No Idesp, alguém ensinou para ela um negócio que demorava 48 horas para fazer e que hoje, no computador, fazemos em meio segundo. Essa circunstância marcou a trajetória da Rachel e ela tentou nos ensinar isso, ainda que um pouco mais rápido. Todo mundo que trabalhou com a Rachel tem a impressão de que aquele contexto marcou muito a história dela e o tipo de pesquisa que ela faz. Eu gostaria de pedir que você comentasse um pouco sobre essa questão, em que medida essa experiência influenciou a sua trajetória e como você começou a trabalhar no Idesp, enquanto estava no mestrado na Unicamp.

**Rachel Meneguello:** Eu me aproximei do Idesp quando estava em busca de uma disciplina de Metodologia em São Paulo. Eu estava no mestrado e o curso de Metodologia aqui na Ciência Política da Unicamp, naquele momento, era absolutamente anômalo. Quem ministrava essa disciplina era o Manoel Tosta Berlinck que, na verdade, era da Sociologia. A ideia era ensinar - eu não sei se vou me lembrar corretamente dos termos utilizados -, os parâmetros para trabalhar com o modelo freudiano explicativo das coisas. Fiz o curso, mas eu sabia que não era isso que eu precisava, porque, na graduação, no contexto das eleições de 1978, eu tive uma experiência muito importante em pesquisa com o Plínio Dentzien, também professor da Sociologia, quando fui pela primeira vez a campo fazer *survey* para as eleições ao Senado em Campinas; Plínio, inclusive, depois, foi um dos parceiros fundadores do Cesop. Ele mesmo falou para mim: “Rachel, vai fazer Metodologia na PUC, em São Paulo, com o Bolívar [Lamounier]”. Eu não o conhecia, mesmo assim me inscrevi e cursei a disciplina. Aprendi várias coisas. Esse foi um passo importante para que, em 1982, com a realização da pesquisa nas eleições daquele ano em São Paulo, eu fosse trabalhar lá. Foi assim que comecei no Idesp: pesquisando, fazendo questionário, codificando e aprendendo a fazer inserção na planilha do que era, nos anos 1980, o SPSS. Isso fez com que eu fosse criando uma empatia, um interesse grande pela construção da pesquisa empírica que o Idesp fazia e que não tínhamos na Unicamp. Essa área empírica era muito pouco desenvolvida aqui, principalmente na Ciência Política. Na Sociologia, havia professores com esse enfoque, o Daniel Hogan, o próprio Plínio e o Michel Thiollent. Todavia, eu queria na Ciência Política, porque eu tinha interesse em trabalhar com o tema do PT e dos partidos.

Então, eu fiquei trabalhando no Idesp e isso me deu experiência para entender as possibilidades e limitações de uma base de dados, ou ainda para entender técnicas e fazer uma regressão, por exemplo. Aprendi fazendo à mão, com calculadora científica, fazendo equação e os cálculos do volume de casos que não rodavam no SPSS da época, sob a orientação do Marcus Faria Figueiredo, que então tinha saído do Rio de Janeiro para São Paulo. A importância disso – uma coisa que sempre procurei passar para os alunos – é a de ver o dado crescendo, de cultivá-lo e o ver sendo criado. Isso é o máximo. É como se tivesse, de fato, fazendo bolo à mão e não comprando pronto. Depois fui para Michigan aprender métodos e técnicas, mas meu início foi esse.

Como o Fernando comentou, é engraçado pensar na construção da minha dissertação, porque demorava muito tempo para processar quinhentos casos no SPSS. Eu podia me afastar, ir tomar café na padaria da esquina, sair para o almoço e, na volta, o programa ainda estava rodando. Era tudo muito precário. Hoje, quando alguém fala que o computador precisa ser um *i7* e não um *i5*, me pergunto o que se ganha com isso. Nada. A rigor, a importância é nenhuma com relação ao tempo de processamento das coisas. Essa experiência me marcou muito, porque é como se ela contasse um pouco como é o processo de preparo das coisas para as mesmas, enfim, ficarem prontas. Talvez, a evolução tecnológica tenha eliminado da cabeça do pesquisador de hoje esse processo de construção do dado, que é muito bacana.

**Celly Cook Inatomi:** Ainda durante o mestrado, em 1986, você publicou com o professor Bolívar Lamounier o conhecidíssimo livro *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro*<sup>7</sup>. Nesse momento, você, enquanto pesquisadora especialista no PT, começou

<sup>7</sup> Lamounier, Bolívar; Meneguello, Rachel. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

a se enveredar para temas mais abrangentes, buscando compreender os limites do sistema partidário brasileiro para a consolidação democrática. Em que medida as pesquisas sobre o Partido dos Trabalhadores, que você desenvolveu durante o mestrado, ajudaram a compreender a agenda da democratização daquele período?

**Rachel Meneguello:** Nos anos 1980, a comunidade acadêmica se encontrava muito para conversar sobre democratização, partidos e eleições, tudo estava em intensa ebulição e, muito felizmente, o Idesp era um desses lugares. Eu pude ser testemunha de alguns seminários que contaram com a presença de pessoas como Celso Lafer, Maria do Carmo Campello, Leôncio Martins Rodrigues, Lucia Hippolito e outros. No meio de uma dessas discussões, o professor Bolívar me convidou para essa publicação que estava ligada a um projeto do Idesp com o *Woodrow Wilson Center*, coletando os dados e ajudando na reflexão. Essa foi a origem desse livro, que foi feito, na verdade, junto com a pesquisa do próprio PT.

A pesquisa, aliás, mostrava como a limitação que identificamos no livro, a respeito dos partidos no mundo e no Brasil, que não eram mais representativos, estava sendo transformada. O livro é de 1985, e já dava a entender que o PT poderia estar começando uma nova fase no campo democrático. A ideia do PT como novidade e inovação, sobretudo, em termos de organização interna. Esse foi o ganho dessa discussão ter acontecido em paralelo com a minha dissertação. Minha pesquisa mostrava, sim, um novo cenário, inclusive internacional, no campo dos partidos políticos. E o momento da democratização, com muitas greves acontecendo, claro, ajudou.

A vontade de estudar o PT surgiu ao ver a mobilização do ABC Paulista concomitante à reforma dos partidos, e entender a sua proposta. Naquele momento, estávamos todos envolvidos. Acompanhávamos a campanha e quando o Lula vinha a Campinas íamos vê-lo. Estávamos envolvidos, quando eu ainda estava na graduação entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, com essa mobilização política forte da redemocratização. Isso claramente impactou o interesse pela pesquisa e foi importante para que as coisas acontecessem. Minha dissertação não é um trabalho militante, de fato<sup>8</sup>. Contudo, o interesse por aquele tema, sem dúvida, foi de mobilização participativa.

**Fernando Bizzarro:** Eu fico curioso com relação ao livro (*Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro*), porque, ainda que ele tenha sido escrito no contexto do início da crise da representação partidária, que dominou o debate dos anos 1980, ele tem uma visão bastante positiva do papel que os partidos podem ter na democracia. Se não me engano, o argumento é de que era fundamental para a consolidação dessa nova democracia brasileira a construção de partidos fortes, sem os quais não haveria a consolidação. Em que medida esse argumento lidava com a experiência do contexto da redemocratização no Brasil e com a necessidade de construção de uma nova democracia, mas, ao mesmo tempo, com o debate internacional sobre a crise da representação política por meio dos partidos? Essa relação estava clara para vocês? Vocês escolheram um lado?

---

8 Meneguello, Rachel. *PT-A Formação de um Partido (1978-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

**Rachel Meneguello:** Eu entendo que grande parte do texto apresenta um teor negativo com relação ao caso brasileiro, que acompanha um pouco a crise internacional. A ideia do subdesenvolvimento partidário é exatamente isso. E quando há uma pausa? Quando, ao abordar a reforma partidária de 1978, consideramos que algo poderia estar acontecendo. O PT era um destaque, algo que indicava uma diferença. O que quero dizer com isso? Ele se organizou, participou das eleições de 1982 e de 1986, mas mesmo assim não participou do colégio eleitoral. Ele foi muito controverso, porém, em termos de partido, o Partido dos Trabalhadores parecia uma luz frente a esse cenário subdesenvolvido de partidos. Isso certamente inspirou o trabalho e trouxe questões para o tema da dissertação. E a pesquisa mostrou justamente onde estava a novidade do PT frente àquilo que parecia ser o curso dos partidos brasileiros. Sem desmerecer o que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) pode ter sido entre os anos 1940 e 1950, o que surgiu era de outra natureza, em um outro contexto e outra relação com o sistema.

**Celly Cook Inatomi:** Ainda sobre o seu mestrado, gostaríamos de saber um pouco mais sobre os desafios e os obstáculos de se fazer Ciência Política nos anos 1980, considerando agora um recorte de gênero. Não nos parece ser apenas uma coincidência que os primeiros estudos sobre partidos políticos sejam de autoria de mulheres, como Maria do Carmo Campello de Souza, Lucia Hippolito, Maria D'Alva Kinzo e Maria Victória Benevides. Na sua opinião, o que explicaria o pioneirismo de tantas pesquisadoras na área de estudos partidários no Brasil? Além disso, quais seriam os obstáculos de gênero, caso tenham existido, encontrados no desenvolvimento de uma agenda que, então, se iniciava?

**Rachel Meneguello:** Eu não sei explicar essa preferência das cientistas políticas mulheres pelos partidos políticos. Entretanto, quando, na semana passada, um colega da História me pediu para escrever uma resenha sobre um livro que fala do Lula e do PT e eu não pude aceitar, por conta do prazo, não consegui pensar na indicação de outra pesquisadora do tema para isso. Claro, cabe contar com meu possível desconhecimento. Talvez, eu tenha que procurar a resposta junto com a pergunta de vocês. Eu não sei explicar o porquê do nosso interesse. Naquele momento, principalmente nos anos 1980, a Ciência Política brasileira tinha muitas mulheres que se consagraram. Não penso que isso tenha sido uma inovação do nosso caso. Porém, mesmo hoje havendo outras colegas que trabalham com partidos, para mim, não é uma seara tão permeada pelo interesse feminino. Não sei se é porque o tema tem relação com a questão do poder, que é um assunto tão masculino. Mas essa é uma explicação absolutamente inventada agora.

Eu confesso que a pergunta sobre eventuais obstáculos também já me foi feita pela Luciana Tatagiba, colega de departamento, quando ela estava na diretoria da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), elaborando uma publicação sobre as mulheres na Ciência Política. Pensei nisso e acredito que os obstáculos que não tive estão relacionados às áreas que escolhi, dos partidos e da opinião pública, do *survey* e essas metodologias, que não eram muito povoadas pela Ciência Política. Eram terrenos que não estavam tão ocupados e houve parcerias com colegas para uma construção conjunta. Eu vejo dessa maneira. Não respondo tanto à questão do gênero, mas sobre a trajetória da área, que estava aberta à ocupação do terreno.

**Fernando Bizarro:** Isso é uma coisa que me deixa muito curioso. Outro dia, aqui nos Estados Unidos, estava falando que, apesar do esforço de incluir autoras no programa das disciplinas, é difícil, por exemplo, encontrar literatura sobre teoria da modernização que tenha sido escrita por mulheres. Brinquei que, no caso brasileiro, na área de partidos, isso não é tanto um problema. Nas décadas de 1960, 1970, 1980, eram as mulheres que predominantemente publicavam sobre o assunto. A hipótese que nós tínhamos vai na direção que você sugeriu: nos anos 1970, chamava mais atenção estudar a revolução, a estrutura social, o populismo e grandes questões do contexto do que a política eleitoral e institucional, que era vista como uma farsa no contexto da ditadura. Sobrava esse espaço. O que você pensa disso?

**Rachel Meneguello:** Não sei se eu consideraria o estudo dos partidos e das eleições como um estudo das farsas que o Estado burguês nos coloca. Não penso que é ou era isso. Porém, acredito que você tem razão quando fala que tem terrenos de estudo em que os confrontos políticos e ideológicos são tão grandes, como o estudo da estrutura social, das possibilidades de revolução, o capitalismo brasileiro e da periferia, que são muito concorridos, muito competitivos de tendências. Talvez, as pesquisadoras não se coloquem nesse meio por causa de interesse mesmo.

Há também as tradições de alguns professores, que foram formando suas alunas e influenciando seus interesses. Acredito que parte da explicação está nisso que o Fernando colocou sobre a concorrência de alguns terrenos ideológicos, em que estão em competição visões de mundo muito importantes. Um terreno pouco ocupado e um interesse legítimo. Isso explica um pouco porque a nossa Ciência Política estuda mais as instituições e muito pouco as transformações específicas estruturais.

Acabei de me lembrar de mais uma pesquisadora daquela época e dessa área. A Regina Sampaio, que fez uma das únicas teses sobre o *ademarismo*, do Partido Social Progressista (PSP), em São Paulo.

**Celly Cook Inatomi:** Em 1996, sob orientação do professor Vilmar Faria, você defendeu a tese de doutorado intitulada *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1995)*<sup>9</sup>, em que você antecipou a discussão do presidencialismo de coalizão que, logo depois, ganhou centralidade nos debates em Ciência Política. Em que medida você se vê como parte dessas discussões?

**Rachel Meneguello:** O Vilmar era um professor muito instigante. Tivemos poucas conversas, mas elas foram muito criativas – o que é fundamental na orientação e me ajudou a perceber a dinâmica que se constituía nos governos. Ele foi um excelente professor aqui na Unicamp. Todavia, eu não acredito que se trate de antecipar, até porque o trabalho do Sérgio Abranches é anterior, de 1988<sup>10</sup>. A ideia da tese era muito mais entender a construção do terreno ocupado pelos partidos políticos nos governos e menos a relação do presidencialismo de

9 Meneguello, Rachel. *Partidos e governos no Brasil Contemporâneo (1985-1995)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1996. Publicado pela Editora Paz e Terra, 1989.

10 Abranches, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.



coalizão. Ela pode ser considerada uma ideia antecessora ao mostrar o papel das proporções parlamentares nos governos e como isso é importante para formar governos partidários. Ou seja, a tese é sobre o governo partidário e não sobre o presidencialismo de coalizão, é importante destacar essa diferença. De toda maneira, ela não antecipa, mas antecede a discussão que ganhou importância em seguida, pelos trabalhos do Octavio Amorim e outros colegas que mostram como isso faz parte da dinâmica de governo.

A minha tese teve origem em um projeto que participei com colegas da América Latina, sediado no México, sobre a possibilidade do desenvolvimento partidário na América Latina, como no caso uruguaio, mexicano, argentino e brasileiro. A nossa referência teórica vinha principalmente dos franceses, do Jean Blondel, que era muito importante no estudo do governo partidário para o caso europeu. Eu acredito que essa discussão bibliográfica foi muito importante para mim. Eu fiz uma ponte disso com o campo anglo saxão, que tinha parâmetros muito mais claros sobre o papel dos governos partidários e a possibilidade de construção deles. A tese, portanto, trata do papel constitutivo dos partidos na formação dos governos. Ela é antecessora, então, porque examina a importância dos partidos na composição dos governos.

**Celly Cook Inatomi:** Agora vamos adentrar na parte que trata da sua atuação dentro do Programa em Ciência Política e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Você se tornou docente da Unicamp em 1986, ainda durante o mestrado. Você poderia nos contar como foi a experiência de, nos anos 1980, conciliar o mestrado e, depois, o doutorado com a docência?

**Rachel Meneguello:** Foi no final do mestrado. Naquela época, a Unicamp ainda não tinha sido institucionalizada pela Constituição Federal de 1988 e, então, existia a possibilidade de ingressar sem o doutorado – o que foi definido a partir de 1989. O concurso foi uma grande maratona de três fases. Na primeira, havia oitenta candidatos; na segunda, quarenta; na terceira, quinze. Em seguida, foram realizadas as entrevistas. Naquele momento, ingressaram comigo no Departamento de Ciência Política a Ângela Araújo e a Maria Helena Castro. Isso foi em 1986.

Quando eu entrei no Departamento, eu estava escrevendo a dissertação. Não foi algo penalizador, visto que, como eu estava fazendo somente isso, tinha condições de terminar o trabalho. Cabe lembrar que, na época, os mestrados duravam muito mais do que dois anos e, no meu caso, foram quase sete. Acredito que isso explica o porquê a pesquisa foi tão ampla e foi possível fazer muita coisa. Hoje, a vida está muito corrida para fazer esse tipo de investimento, que antes era possível. Defendi o trabalho em 1987, já como docente e sabendo as disciplinas sob minha responsabilidade no Departamento. Foi assim também no doutorado, quando eu conciliei as disciplinas com tese. Foi puxado, mas dei conta.

Há uma coisa interessante nisso. Eu sempre fiquei com a área de partidos e eleições. Eu não dei aula de Teoria do Estado ou outra disciplina distinta; mesmo na pós-graduação, eu dava aula de Metodologia ou de Partidos. E isso de ficar sempre navegando no mesmo terreno facilita muito, porque, inclusive, há espaço para atualização. E isso acontece até hoje. Quando eu dou aula sobre temas relacionados à democracia ou partidos, por exemplo, eu vou em busca de coisa nova. Para mim, a interação entre interesse de pesquisa e docência é fundamental. Isso certamente foi uma coincidência não casual, porém foi uma situação da qual eu me beneficieei.

**Celly Cook Inatomi:** Você antecipou um pouco o que íamos tratar na próxima pergunta, adentrando na questão dos temas e debates levados à sala de aula ao longo desses anos. Como as disciplinas que você conduziu permitiram a sua especialização e um acompanhamento das temáticas? Você mudou muito de temas ou eles permaneceram mais ou menos os mesmos?

**Rachel Meneguello:** No campo dos partidos, eu posso dizer que me atualizei. Até posso me atualizar muito mais, porque quando se passa um tempo longe da disciplina há dificuldade em acompanhar o avanço. Com relação aos outros temas, eu acredito que foram as aulas que me levaram a tratar, por exemplo, de populismo e, inclusive, em outros países. O que mais me aprofundi foi em Metodologia. Isso porque precisei buscar, em termos teóricos, diálogo com a Filosofia e a Epistemologia, o que foi muito interessante, pois evidencia a inter-relação das Ciências Sociais com outras áreas, e não somente a Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

E isso é benéfico, porque a Metodologia é algo que eu aplico na minha pesquisa, ao mesmo tempo em que eu penso nela enquanto estou dando aula. Isso qualifica a pesquisa e o que eu venho pensando para passar em uma sala de aula.

**Celly Cook Inatomi:** Perfeito, professora. Gostaríamos que você comentasse agora seu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Unicamp e sua perspectiva sobre como ele estava estruturado, a composição dele, e sua inserção nas pesquisas sobre partidos políticos e comportamento político nas linhas de pesquisa até então existentes.

**Rachel Meneguello:** Imediatamente depois de ter defendido a minha tese, assumi a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Naquele momento, ele era pequeno. Eu não sei se consigo lembrar de todas as linhas de pesquisa, mas a área de partidos políticos não estava exatamente estabelecida.

Em 1985, quando o doutorado em Ciências Sociais foi fundado, o professor Leôncio Rodrigues veio convidado para a Unicamp e isso foi muito importante. Ele se associou ao Departamento de Ciência Política para tratar do campo do sindicalismo e não de partidos políticos. E permaneceu ali durante uns dez anos dialogando com o doutorado em Ciências Sociais, especialmente com o pessoal da Sociologia. Quando defendi o doutorado, fizemos uma parceria para tratar de partidos e demos conta de trazer isso para o mestrado em Ciência Política, inclusive, criando uma disciplina. Ele deixou de lado o sindicalismo, realizou alguns estudos, sendo um deles o estudo sobre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e se concentrou no campo dos partidos.

Para mim, essa parceria foi muito bacana e frutífera, até para atualização e absorção do que o Leôncio estava tratando no campo dos partidos políticos. Eu tratava do PT e ele do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ele tem um trabalho seminal sobre a organização interna do PCB que foi publicado na coleção *História da Civilização Brasileira*, organizada pelo Boris Fausto<sup>11</sup>. Nos alternávamos: durante um semestre eu ficava na graduação e ele na

11 Rodrigues, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: Fausto, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira – III – O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 361-443.

pós-graduação, depois invertíamos. Acredito que a linha de partidos começou a crescer ali. Nós nunca fomos um Programa muito convencional.

No final dos anos 1990, eu acompanhei, com a Maria Hermínia, na ocasião presidente da ABCP e que me convidou para fazer parte da Diretoria, uma avaliação dos Programas de Ciência Política do país. A ideia era entender a composição deles e como eles estavam estruturados em linhas de pesquisa. O núcleo mais duro, mais presente nos cursos, era o de Teoria Política, Estado e Instituições. O Programa de Ciência Política da Unicamp parecia um “patinho feio”, porque somente ele tratava da área de movimentos sociais e sindicalismo. Éramos e acredito que ainda somos hoje, o único Programa que deu vazão a temas convencionalmente externos à Ciência Política. Essa heterogeneidade, claro, espelhava o Departamento, que tinha de tudo: desde o núcleo duro do marxismo até o *light*, os mais teóricos e a turma do trabalho empírico, como eu, até o Leôncio que, depois, trouxe uma outra visão sobre uma série de tendências da própria Ciência Política.

Em 2005, quando criamos o doutorado em Ciência Política, ele já tinha essa cara bastante bem definida que temos hoje. Eu não lembro bem dos nomes exatos das áreas da nossa pós-graduação, mas temos desde o campo para estudos sobre Estado e Instituições até aqueles com relação aos movimentos sociais, democracia e cultura e estudos internacionais. Há uma certa mistura que dá conta da heterogeneidade dos nossos membros. Nós nos adaptamos porque, se não, as pessoas iam embora para outro lugar. Teve ligação com essa heterogeneidade também o fato de que o doutorado em Ciências Sociais ter sido fundado vinte anos antes e, então, todo mundo que atuava ali, trabalhando interdisciplinarmente com vários temas, entrou no Programa de Ciência Política. Para algumas pessoas, isso não foi fácil. Alguns colegas tiveram muita dificuldade e, até hoje, eles procuram atuar mais nas Sociais do que na Política, porque é essa a trajetória deles.

**Celly Cook Inatomi:** Eu acredito que muito dessa heterogeneidade que você está comentando, professora, vem da própria história de formação do IFCH, que é baseada na ideia de interdisciplinaridade. Tínhamos uma diversidade muito grande de professores, de Letras à Economia. O professor Armando Boito, inclusive, comentou que chegaram a existir doze disciplinas no mestrado.

**Rachel Meneguello:** Nós tínhamos uma relação grande com a Linguística e com a Economia, que depois saíram do IFCH para fundar suas próprias casas; também com a História e a Filosofia, que permanecem no Instituto. Essas duas últimas tinham uma relação mais ampla com os nossos mestrados e graduação.

**Celly Cook Inatomi:** Existia uma disciplina de Metodologia em História, não?

**Rachel Meneguello:** Sim! No doutorado, eu fiz a disciplina de Seminário de Metodologia com o Edgar de Decca, que era historiador. Uma multiplicidade de visões e de disciplinas. Essa relação existia desde a Graduação que fiz no final dos anos 1970 em que havia uma forte articulação com a História. Isso refletia um pouco a nossa composição e, em boa medida,

traduziu o perfil da própria casa. Na minha visão, nós éramos, e ainda somos um pouco, um Programa diferente dos mais duros, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP), do Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Nós somos mais *light*.

**Oswaldo Amaral:** Eu gostaria de comentar algo a respeito disso. Se considerarmos os Programas que atualmente são avaliados com nota sete ou mesmo seis, na Ciência Política, podemos perceber que Unicamp chegou numa virada mais institucionalista ou empírica depois de todos os outros. No caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), isso aconteceu há muito mais tempo. A USP também demorou um pouco mais, ali nos anos 1990, por conta da própria primazia da Sociologia lá dentro. Eu fiz parte da primeira turma do doutorado na Unicamp e nós não tínhamos nenhuma disciplina sobre neoinstitucionalismo, seja entre as obrigatórias e, mais raramente, entre as optativas. Era uma discussão que aparecia lateralmente. Mesmo com relação ao tratamento empírico, nas disciplinas de Metodologia, ainda no final dos anos 2000, no doutorado, isso não era trabalhado. No mestrado, sim, no curso da qual você era a responsável.

Atualmente, dez anos depois, a primazia mais estrutural e teórica que tínhamos até os anos 1990 e 2000, convive bem com análises mais empíricas ou próximas de abordagens de comportamento político eleitoral e neoinstitucionalistas. Como você viu e explica essa mudança? Não foram todos os Programas que fizeram essa adequação e, entre aqueles mais tradicionais e antigos, o Programa da Unicamp foi o último a fazer essa incorporação.

**Rachel Meneguello:** Eu acredito que, em parte, isso se deveu um pouco à influência da Argelina Figueiredo e do Reginaldo de Moraes na composição das disciplinas do Programa. O Reginaldo foi uma pessoa importante. Antes de eu assumir a disciplina de Metodologia, era ele quem a desenhava. E a Argelina, em alguma medida, também foi responsável por isso, porque ela trouxe uma outra visão, mais relacionada ao estudo das políticas públicas, instituições e governos, que exigiu que entrássemos nessa adesão ao neoinstitucionalismo que você comenta.

Foi nesse momento, em meados dos anos 2000 que, no mestrado, nós começamos com a mudança que depois apareceu no doutorado. Como comentei, para mim, isso se deveu à influência de alguns colegas que recuperaram a importância dessa discussão e redesenharam a nossa Teoria Política I e II, dando espaço para contrapontos. Já o curso de Metodologia, sempre foi um misto de apresentar parâmetros teóricos e, ao mesmo tempo, alguns métodos e técnicas. Agora está diferente. Dividimos em duas disciplinas: uma mais para pensar só técnicas e métodos e outra para abordagens e enfoques metodológicos da Ciência Política. Na minha avaliação, agora está mais bem desenhado. Essa mudança se deveu, principalmente, pela área de políticas públicas, com o Vilmar Faria, a Argelina, a Maria Helena e o Valeriano Costa. Depois, essa área se desintegrou e perdemos um pouco a inspiração desse campo. Acredito, porém, que ela vem de novo, com a inserção de novas pessoas.

**Fernando Bizzarro:** Professora, eu gostaria de escutá-la ainda sobre como essa dinâmica do Programa na Unicamp esteve relacionada com a proposta mais ampla da disciplina da

Ciência Política; porque toda a área, nesse período, não só no Brasil, se especializou ao mesmo tempo, se afastando da Sociologia e da Antropologia. Ou seja, em que medida o movimento na Unicamp estava acompanhando isso ou reagindo a essa mudança?

**Rachel Meneguello:** Eu não sei se a Ciência Política brasileira adquiriu o formato que ela assumiu em outros lugares, como nos Estados Unidos. Acredito que ninguém seja tão fechado como na Ciência Política estadunidense. Existem Programas que se aproximam de ter enfoques mais disciplinares, mas a nossa Ciência Política tem uma influência de outros lugares, como da Sociologia Política. A rigor, na origem, nós somos sociólogos políticos. O próprio Fábio Wanderley Reis já disse isso com muita propriedade durante um encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), entendendo que devemos retomar isso para encontrar a identidade da Ciência Política brasileira. Talvez o Wanderley seja o que mais se estruturou a partir da Ciência Política estadunidense, contudo, mesmo assim, quando envolveu o Brasil, ele escapou um pouco.

Acredito que, apesar de existir vontade de termos, como nos Estados Unidos, uma disciplina fechada, nós não somos assim e não gostaríamos de ser assim; na Unicamp, menos ainda. O diálogo entre áreas é muito benéfico para o crescimento das temáticas às quais nos dedicamos. A Ciência Política que fazemos no Brasil permite essa escapada para outras disciplinas e eu acredito que esse seja o nosso desenho. E eu prefiro que seja esse.

**Celly Cook Inatomi:** Excelente, professora. Agradeço ao Fernando e o Oswaldo pelas intervenções. Nos anos 1990, após sua ida para a Universidade de Michigan, você retornou para a Unicamp e criou, em 1992, o Centro de Estudos de Opinião Pública. Pensado como núcleo de pesquisa interdisciplinar, ele tinha como objetivo promover o desenvolvimento da pesquisa empírica no campo do comportamento político e social e a coleta e divulgação de dados de *surveys*. Você poderia comentar esse momento de formação e atuação no Cesop, bem como sua volta para os estudos de opinião pública?

**Rachel Meneguello:** Preciso dizer que o Cesop foi antecipado por um debate que havia na Anpocs, no finalzinho dos anos 1980, no grupo de partidos e eleições. Orjan Olsen, então diretor e presidente do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), mencionou em uma discussão que todo o arquivo histórico do Ibope, no Rio de Janeiro, estava em acesso livre e que, porém, as pesquisas não tinham controle, catalogação ou acondicionamento adequado. O material estava se perdendo. Ele apresentou esse fato para a academia, entendendo que poderíamos dar conta disso. O que fizemos? Um pouco antes de ir para Michigan, eu estava como diretora associada do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na gestão do Cláudio Batalha, professor da História. Assim que voltei da Anpocs, pensamos juntos e decidimos trazer todos os livros e relatórios em papel, dos anos 1940, 1950, 1960 e 1970 para o AEL, pois esse era o único acervo da América Latina da época. Esse material está lá hoje. Fizemos um serviço histórico. Mas, mais do que isso, naquele período em que estávamos, no meio da redemocratização, precisamos dar conta de novos dados. Foi aí que esse grupo de partidos e eleições da Anpocs também começou a estimular empresas a fazer questionários e pesqui-

sas sobre essas questões. Foi em meados dos anos 1980 que os questionários começaram a considerar essas perguntas, estimulados pelos colegas que eram, então, diretores de centros como o Datafolha e o Ibope.

Após esse movimento, em 1991, o *Roper Center for Public Opinion Research*, da Universidade de Connecticut, procurou a Unicamp para, por meio de um convênio, participar de um projeto de criação de um grande banco de dados de *survey* sobre o comportamento na América Latina. E isso, de fato, aconteceu. Então, a ideia do Cesop começava a surgir na universidade.

Quando fui para Michigan, em 1992, estudar métodos de pesquisa quantitativa, houve um seminário em Ann Arbor sobre opinião pública na América Latina organizado pelo Frederick Turner, então presidente da WAPOR e ali estavam Bolívar Lamounier, Nelson do Valle e Silva e outros pesquisadores da América Latina. Em uma conversa informal (lembro que foi no Dominick's) surgiu a ideia de dar corpo mais institucional para um banco de dados de *surveys* nessa área. Nessa conversa também estavam colegas estudantes em Michigan, como Adalberto Cardoso do Cebrap e Leandro Piquet Carneiro, então do Iuperj, e a ideia de estabelecer essa iniciativa em uma universidade como a Unicamp ganhou força.

Na Unicamp, essa iniciativa foi fruto da parceria com o professor Vilmar e o Plínio, principalmente. Porém, nós não sabíamos se ele viraria um centro, se permaneceria no IFCH ou não. Naquele momento isso era o de menor importância. De fato, o que eu sabia é que eu estava em Michigan para, principalmente, aprender metodologia com especialistas; e aproveitaria para também conhecer os arquivos do ISR da Universidade de Michigan e em seguida, do *Roper Center*, para, na volta, implantar o Cesop. E foi o que aconteceu.

O Cesop foi fundado em 1992. Durante quase trinta anos, ficamos em um conjunto de quatro salinhas com todos esses dados, estabelecidos a partir desse convênio de intercâmbio. Crescentemente, fomos criando a relação de parceria com as empresas que entendiam o valor das suas pesquisas para o mundo acadêmico e passavam isso para o Cesop. Inicialmente, o Datafolha e o Ibope, os grandes fundadores da iniciativa, e depois, fomos agregando outras empresas e pesquisas.

No início, eu tive que dar conta de tudo isso enquanto estava no doutorado. Tudo isso aconteceu junto: Michigan, voltar ao Brasil, fundar o Cesop, dar aula e terminar a tese. Eu defendi o doutorado em 1996. Talvez, eu tenha conseguido uma dispensa de um semestre do Departamento para acabar a redação do trabalho. Foi um momento de ebulição. Quem já fez isso sabe exatamente o que significa. E o Cesop deu certo, como parte dessa preocupação com o papel da opinião pública na democratização, em um esforço que era maior que a própria Unicamp. Desde o nosso primeiro Conselho está refletida essa abrangência nacional: Bolívar (Idesp), Helgio Trindade (UFRGS), Marcus Figueiredo (Iuperj), Flavio Pierucci (USP), Vilmar e outros colegas, além de representantes das empresas. E a reitoria da Unicamp deu uma grande abertura, apostou nessa iniciativa, apesar de não termos financiamento, mas o convênio do *Roper Center* garantiu três mesas e cadeiras, armários, dois computadores e softwares – o que já era fantástico.

Em seguida, elaboramos o que seria a *Revista Opinião Pública*. Isso foi importante para a construção da área de cultura política, que tinha se diluído. Ou seja, somente o banco de dados não era suficiente, a revista nasceu com a intenção de gerar e divulgar produção de

conhecimento, e divulgar nossas pesquisas. Durante um bom tempo, a *Opinião Pública* buscou artigos internacionais inéditos de colegas, que traduzimos para o português. E isso foi importante para dar acesso aos alunos de graduação e da pós-graduação. Também publicamos traduções de textos consagrados. Isso foi estimulando a produção nacional, até a revista virar a *Opinião Pública* de hoje e publicar artigos originais nesses vários campos.

**Oswaldo Amaral:** O Cesop construiu aquele que é o maior banco de dados de pesquisas de opinião pública fora dos Estados Unidos e da Europa. Mesmo Japão e Austrália não têm um banco desse porte. Recentemente, conversando com o Mauro Paulino, ele disse que o Cesop é uma joia na democracia brasileira – uma metáfora bonita. Assim, eu gostaria de entender se, caso o Cesop não tivesse a estrutura de centros e núcleos, vinculado à reitoria da Unicamp, ele teria sido possível. Na minha visão, isso facilitou uma perenidade e a manutenção do corpo de funcionários que muitos centros de pesquisa não possuem. Geralmente, esses espaços contam com financiamentos de agências, mas não da própria universidade, especialmente para pagamento de pessoal e infraestrutura básica. Qual sua opinião, Rachel?

**Rachel Meneguello:** Oswaldo, você tem toda razão. Essa foi uma reflexão que surgiu já em 1992, durante aquela mesa de conversa em Michigan. Pensamos: onde é que vamos montar o Cesop? Ele podia ficar sediado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) ou ainda em São Paulo, junto ao Idesp. Para nós, ele teria que ficar em um lugar que bancasse o projeto, e somente uma estrutura universitária daria conta disso. Não apenas por causa da estrutura de centros e núcleos, mas porque em uma universidade há pessoal, secretaria, salas disponíveis e um orçamento pagando a luz e a água. Essa ideia foi fundamental. Todavia, a questão de compor a estrutura de centros e núcleos ou fazer parte de um instituto, como o IFCH, já foi mais política. Como aquela reitoria queria muito estimular a primeira opção, o Cesop virou um centro interdisciplinar ligado à reitoria, e não ficou acoplado ao IFCH. Com isso, ele garantiu uma estrutura inovadora, com carreiras de pesquisadores próprios, o que é diferente de outros lugares. Esse apoio igualmente foi fundamental. Assim como foi o apoio das empresas, por exemplo o fato de que o Mauro Paulino frequentava o nosso Conselho quando o Gustavo Venturi, ex-professor da Sociologia da USP, ainda era o diretor do Datafolha. Ele participava das reuniões e entendeu que a relação das empresas com a universidade deveria ser cultivada. Essa interação das Ciências Humanas com o setor privado encantava a reitoria, pois era algo que não se sabia como fazer, nem se deveria fazer ou o porquê fazer. Nós mostrávamos que, no campo das pesquisas de opinião, durante a democratização, as empresas podiam, por meio da base de dados fornecida, transferir tecnologia. Eu acredito que foi uma fórmula muito bem-sucedida.

**Fernando Bizarro:** Como foi a recepção disso tudo no IFCH? Pois, isso aconteceu pouco depois de você ir para a PUC-SP fazer aula de Metodologia, já que a Metodologia que você estava aprendendo era a freudiana. Antes de muitas das transformações que você e outros na Unicamp começaram a fazer durante os anos 1990 e 2000.

**Rachel Meneguello:** Não foi fácil. Primeiro, porque estávamos, de fato, consolidando uma iniciativa empírica e esse tipo de pesquisa no IFCH não era uma tendência – não desconhecida, porque havia pessoas na Sociologia trabalhando com isso. Na Ciência Política, sobretudo, não era o que se fazia. Porém, nós nunca quisemos sair do IFCH, era aqui que a coisa tinha que acontecer e não em outra unidade. Tem até uma parte anedótica desse processo, que se pode verificar a partir das atas da Congregação da época. Em uma reunião, nós fomos acusados de sistematizar informações para os americanos. Aí então um professor questionou essa crítica: “você acreditam que eles precisam vir ao Cesop buscar informação? Devem estar realmente fora de si para pensar que alguém do governo dos Estados Unidos precisa vir à Universidade de Campinas buscar uma informação sobre a população brasileira quanto à democracia”. Foi esse tipo de diálogo que testemunhei e estive envolvida enquanto as coisas aconteciam nos anos 1990. Isso se refletiu na ocupação do espaço. Nós sempre ficamos, até a construção do novo prédio para os centros e núcleos, que é recente, no térreo do prédio dos professores. Nós ocupávamos um lugar até maior e, então, a diretoria da época reduziu, e tivemos menos espaço onde trabalhar. Nunca foi fácil, mas não tiramos o pé daqui e mostramos que aquilo fazia todo o sentido para a Ciência Política, para a democracia e para a esquerda brasileira. E o fato de termos insistido é que nos deu legitimidade. Ganhamos com a aproximação com os alunos, dos professores e de colegas de outros Departamentos, que começaram a fazer essa relação conosco através de pesquisa. Não custa mencionar o projeto coordenado pelo professor Mauro Almeida da Antropologia, no qual organizamos uma base de dados valiosa sobre os seringueiros do Alto Juruá.

Não foi um início fácil, como nenhum início de construção institucional é, mas essas questões fazem parte desse processo. Ou seja, instituições são compostas por pessoas muito heterogêneas e, às vezes, mesmo ideologicamente. No IFCH, já fomos mais heterogêneos. Não que tenhamos homogeneizado tanto, mas a diversidade e o tempo começaram a diluir as diferenças. Nós ficamos muito mais diversos como professores, todavia, até um tempo atrás era tudo mais definido. Isso também faz parte da história do Cesop. Não custa ainda dizer que, em uma das reuniões em que discutimos onde o Cesop ia ficar, um ponto levantado foi que talvez o Cesop não daria certo se fosse no IFCH, por conta das contradições. Hoje não é assim, muito felizmente está tudo certo aqui.

**Celly Cook Inatomi:** Professora, temos somente algumas perguntas desse bloco. Como você já comentou e a Mariele também, são inúmeros os seus projetos temáticos e parcerias com instituições nacionais e internacionais. É exemplo a parceria com o professor José Álvaro Moisés e a criação do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), em 2002. Com isso, você trouxe para o Brasil o que a pesquisa *Comparative Study of Electoral Systems*, de certo modo, faz na Universidade de Michigan, viabilizando a pesquisa comparativa em estudos eleitorais. Podemos afirmar que a pesquisa do Eseb contribuiu para o fortalecimento e, conseqüentemente, o reconhecimento nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como referência na área?

**Rachel Meneguello:** O Eseb tem uma importância no campo das pesquisas em comportamento social e político que é da sequência no tempo. Alguém disse que somente podemos falar em tendência de comportamento com alguma certeza depois de vinte anos. Completamos vinte anos de pesquisa em 2022, e com essa coleção que faz parte do projeto internacional, que vem testando perguntas sobre democracia e representação, eu acredito que os estudos de partidos e eleições passam, de fato, a ter uma perenidade importante.



No caso brasileiro, nós não conseguimos ter pesquisas duradouras durante um longo período. No passado, o Idesp tinha uma intenção muito clara de fazer isso, tanto é que existem pesquisas realizadas entre 1972 e 1989 em grandes centros urbanos. Todavia, não era uma coleção e não houve continuidade, porque o Idesp tinha uma estrutura que dependia de recursos de projetos. O Idesp finalizou suas atividades em 2003 e o Cesop passou a ser, um pouco, o herdeiro do legado das pesquisas de cultura e política e comportamento social e político. Todo o acervo político eleitoral do Idesp veio para cá e nós demos sequência à coleção. Em resumo, no campo da cultura política e de estudo de comportamento social e político, eu acredito que o Eseb, sim, constitui um marco para a Unicamp.

Já o Programa é muito mais amplo do que isso, eu não tenho dúvida. Não é por conta do Eseb que o Programa de Ciência Política é nota sete, apesar de ter contribuído para isso; porque ele também não é somente uma preocupação nacional, mas um esforço internacional. Acabamos de falar isso aqui, a respeito da multiplicidade de áreas, de linhas, que temos entre nós.

**Celly Cook Inatomi:** Você produz, constrói e lidera todos esses projetos que comentou aqui e, ao mesmo tempo, participa ativamente de atividades institucionais de gestão da Universidade. Além do reconhecimento pela pesquisa acadêmica, você é vista e respeitada como alguém que se importa e que é importante para a instituição. Gostaríamos que comentasse a sua atuação como Coordenadora da Pós-Graduação em Ciência Política, bem como outros cargos administrativos que você assumiu na Unicamp ao longo da sua trajetória.

**Rachel Meneguello:** Eu fui Coordenadora da Pós-Graduação, Chefe do Departamento de Ciência Política, Coordenadora Geral da Pós-Graduação no IFCH, Diretora do Cesop, e já faz um tempo que tenho sido membra representante do Conselho Universitário. Fui Pró-reitora de Pós-Graduação na gestão anterior e, agora, voltei para esse cargo. Eu acredito que isso se deve à uma preocupação com a instituição. Tenho certa adesão a essa ideia da construção institucional. Somos nós que definimos, que participamos do processo decisório sobre investimentos e diretrizes. Faz muito sentido investir nesses cargos que permitem direcionar alguns projetos ou executar melhor as coisas que estão decididas. Porque, às vezes, coisas boas decididas são executadas pessimamente e isso estraga tudo. Para mim é importante que nós, docentes, participemos dessas coisas. Não é todo mundo que gosta, tem vontade ou aptidão para essa vida mais administrativa, afinal somos diversos; todavia, essas questões, que fazem parte da vida institucional, das relações sociais e humanas, são importantes para quem faz parte da instituição. Eu não desgosto de fazer isso e os cargos que assumi durante a minha trajetória dizem isso. Mas, eu também nunca me desvio do outro lado, porque, de fato, fica muito chato ficar só escutando conversas administrativas ou decidindo coisas burocráticas.

**Fernando Bizarro:** Se a instituição é uma coisa construída, Rachel, e você participou disso nos últimos quarenta anos, qual é a Unicamp que você ainda quer construir?

**Rachel Meneguello:** A Unicamp está construída e nós temos que aperfeiçoar tanto a partir de propostas interessantes quanto de legislações, já que existe muita coisa desatualizada nesta

universidade. Ela foi formada há sessenta anos por um espírito daquele tempo. É nisso que temos que intervir, porém, para tal, é necessário que exista uma certa vontade.

Um exemplo do que eu estou falando, e que é uma coisa que dificilmente vai acontecer, mas que se tentou, foi a reforma do Estatuto da Universidade. Não conseguimos fazer isso na última gestão por causa da greve das cotas, a invasão da reitoria e toda a política no meio. Dificilmente isso será retomado novamente, pois o *timing* dessa iniciativa passou. Existem muitas outras coisas para se fazer em termos de aperfeiçoamento institucional, como colocar nas definições da Universidade orientações importantes para os professores.

Atualmente, temos um novo quadro docente que é muito diferente da época em que ingressei. Há tanto uma diferença entre a minha geração com a do Oswaldo, visto que ele é bem mais novo, mas também entre ele e novos colegas, já que ele está aqui há um tempo. Os novos docentes estão trazendo uma outra ideia de universidade e de movimento institucional, que é quase nenhuma, porque a instituição está pronta. É necessário criar um certo caldo de vontade de ter essa relação institucional, que as novas gerações não têm, porque ela já está meio desenhada. Isso pode ser perigoso. Não podemos perder o viço, enfim, a atração que a universidade tem. É uma questão de dedicação. Não se trata de construir uma Unicamp, mas de aperfeiçoá-la para enfrentar esses problemas.

**Celly Cook Inatomi:** E com relação à Pós-Graduação em Ciência Política, na sua atuação enquanto Coordenadora e Chefe de Departamento no IFCH, você destacaria algum momento desafiador ou pontos positivos para comentar ao longo da sua trajetória?

**Rachel Meneguello:** Eu fui coordenadora do mestrado há muito tempo e a pós-graduação mudou muito desde então, sobretudo porque cresceu com o doutorado. Quando eu fui coordenadora não existia o doutorado. Quando fui Coordenadora Geral da Pós-Graduação do IFCH, eu não tive essa intervenção como em cargo executivo, esse é um cargo de articulação e representação. Na minha visão, construir a pós-graduação está relacionado com a criação de disciplinas novas, incorporação de novas temáticas ou na construção ou definição de uma linha específica. É isso que eu venho tentando fazer. Eu coloco uma disciplina mais contextualizada com o momento. Isso vai dando uma cara melhor para a própria pós-graduação. Acredito que todos nós fazemos isso, com uma preocupação de dar uma cara mais diferente, pensando em temas contextuais.

**Celly Cook Inatomi:** Concordo inteiramente, professora. A inserção de disciplinas muda muito a cara do Programa. Além dos centros de pesquisa bem sedimentados, as disciplinas vão alterando, em si, a própria formação dos alunos, as pesquisas e assim por diante. Gostaríamos agora de perguntar acerca da sua relação com os seus orientandos. Evidentemente, você orientou muitos trabalhos e incentiva e publica muito com eles. Como você avalia essa relação, considerando os temas de pesquisa desenvolvidos e os resultados alcançados por essas pesquisas?

**Rachel Meneguello:** Não seria melhor perguntar para os orientandos? Como o Fernando e o Oswaldo estão aqui, talvez, eles pudessem responder isso melhor do que eu.

**Fernando Bizarro:** Os seus orientandos te idolatram, você pode dizer o que você quiser.

**Celly Cook Inatomi:** Professora, como eles já compartilharam a perspectiva deles, gostaríamos de ouvir a sua.

**Rachel Meneguello:** Primeiro, a relação que tenho com eles – espero que eles vejam assim – é de muita amizade e proximidade. Eu acredito que isso é fundamental para que qualquer trabalho saia bem-feito. Em segundo lugar, eu penso que alunos têm que ter uma autonomia enorme, seja no mestrado ou no doutorado. Diferentemente de outras áreas, nas Ciências Humanas, não assinamos o trabalho de tese ou de dissertação com aluno. Na Pró-Reitoria, vejo colegas que colocam o nome do orientador em todo produto da tese. Na minha opinião, isso não é generoso intelectualmente; e, mais do que isso, me parece equivocado, embora o nosso trabalho também esteja lá. Essa é a trajetória do aluno: foi ele quem trouxe o tema e trabalhou sobre ele. Ou seja, o trabalho é dele. Não existe assinatura concomitante com o orientador.

Independentemente disso, não é fácil ficar publicando com os orientandos o tempo todo. Acredito que o orientando com quem eu mais publiquei foi o próprio Oswaldo, talvez, pela proximidade com o tema do PT. Com o Fernando Bizarro e a Fabíola, outros poucos trabalhos com outros alunos. Enfim, não foi muito além de alguns orientandos. Alguns deles, também, ficam menos voltados para a academia e para a produção científica do que outros. Não há dúvida de que tanto o Oswaldo quanto o Fernando são, pela trajetória deles, orientandos de muito sucesso, mas, cada um tem um campo.

De fato, o que se espera de uma orientação é um bom trabalho. O momento em que eu posso me dedicar mais é rabiscando as muitas versões dos trabalhos que eles entregam. Essa é a parte que eu mais gosto de fazer, sugerir como as coisas poderiam ficar melhores ou como elas podem ser aperfeiçoadas. Para mim, orientar é isso.

**Oswaldo Amaral:** Importante dizer que é literalmente rabiscar, não é passar a cor vermelha no texto do *Word*, não.

**Rachel Meneguello:** É rabiscar no papel. A coisa mais difícil quando se recebe algo em formato PDF é ter que ficar arrumando o espaço para colocar a sugestão ali. Eu prefiro imprimir e mandar pelo correio de volta com tudo rabiscado. É nesse momento, quando você dá a dica no canto da página, que a intervenção se substancia em orientação. Eu gosto de fazer isso e para mim faz todo o sentido. Acabei de entregar um texto de qualificação bem rabiscado agora. Não sei se os alunos entendem assim, mas é como vejo orientação.

**Fernando Bizarro:** Rachel, em que medida você acredita que esse *approach* para orientação foi moldado pelos professores que você teve no IFCH?

**Rachel Meneguello:** Os rabiscos e a preciosidade do texto foram totalmente inspirados pela orientação da Maria Hermínia. Ela me inspirou totalmente em como rabiscar o trabalho de um aluno para que ele saia melhor. Eu nunca vou me esquecer de quando eu achava ter finalizado a dissertação, falei para ela, e entreguei. Nesse meio tempo a Margaret Keck tinha acabado de defender o doutorado dela, nos Estados Unidos, sobre o PT, com uma perspectiva a partir dos movimentos sociais e sindicalismo, não partidária, e ela não apenas devolveu o texto rabiscado como também falou: “sua tese não está finalizada, aproveite, leia e incorpore o trabalho da Keck”. Era para eu ter defendido em 1986, mas só fiz isso em 1987 por causa dessa orientação acertada da Maria Hermínia. É assim que, na verdade, se aprende o processo de construção do trabalho acadêmico. Ele nunca está pronto até a hora que todo mundo considerar que está. Tanto a Maria Hermínia quanto o Vilmar me deram muita liberdade na busca por bibliografia, na construção do enfoque e da embocadura teórica. Isso é fundamental e foi um ponto importante.

**Celly Cook Inatomi:** Muito obrigada, professora. Para o terceiro bloco, passo a palavra para Mariele Troiano.

**Mariele Troiano:** Vou começar com o que, na verdade, a professora está falando desde o início. São mais de três décadas produzindo trabalhos sobre a atuação e organização dos partidos políticos. O que te motiva a continuar pesquisando cada vez mais sobre o tema?

**Rachel Meneguello:** Eu gosto do tema e isso é fundamental. Além disso, ele não é uma coisa parada ou estanque. Talvez, muito dificilmente, eu me dedicaria a um tema se ele não se mostrasse mutável ao longo do tempo. E os partidos são. Eles podem parecer duros, mas mudam. Eles vão mudando o seu papel, a democracia e os sistemas políticos também vão variando. Portanto, acredito que o fato de eu me manter no tema tem a ver com as mudanças que o objeto traz ao longo do tempo e ainda por considerar que eu não conheço tudo. Até você conhecer tudo, não se conhece nada ou muito pouco. Sinto falta de saber muita coisa, há coisas que ainda não li, porque não deu tempo ou porque precisei fazer outra coisa. A renovação teórica e o interesse em conhecer casos diversos igualmente me motivam. Alguém só desiste de um tema quando se sabe que ele esgotou. Não consigo, por exemplo, ver isso no horizonte do campo da democracia, pois, cada vez mais, ninguém sabe responder muito bem sobre ela. Claro que eu também quero trabalhar com outras coisas, porém, elas dificilmente estarão desconectadas disso. Falta de criatividade? Eu acredito que seja vontade do aprofundamento.

**Mariele Troiano:** Eu penso que é muita criatividade e muita inspiração, que é o que você passa na sua entrevista. Ainda seguindo nessa linha, para os interessados, alunos e pesquisadores dos estudos sobre comportamento político e atuação dos partidos no Brasil, na sua opinião, quais ainda são os grandes temas a serem enfrentados? Quais as questões novas a serem tratadas?

**Rachel Meneguello:** Eu não sei se é uma questão nova, exatamente, mas tratamos muito mal o conservadorismo e a direita brasileira. Nos encantamos muito com a consolidação de-

mocrática e deixamos de lado algumas coisas. Esses são temas que estão gritando, pedindo para que estudemos isso melhor. Existem pessoas fazendo muita coisa sobre o tema, porém, eu acredito que é fundamental entendê-lo no campo do comportamento político e social. Acredito que cabe a nós, da Ciência Política, nos dedicarmos à direita, ao conservadorismo nos partidos e ao que está acontecendo no movimento brasileiro de partidos políticos e, provavelmente, também, em toda a América Latina. O momento pós-ditadura militar na América Latina nos encantou com a questão da esquerda, e é sempre bom que ela nos encante, todavia, é relevante nos esforçarmos para compreender o outro lado, para o contraponto.

**Mariele Troiano:** Perfeito. E, como última pergunta: qual a sua agenda de pesquisa, seus novos projetos para os próximos anos? O que podemos esperar?

**Rachel Meneguello:** Eu acredito que algo nessa linha do que estávamos conversando. Quero voltar a me dedicar um pouco mais aos partidos. Meus últimos projetos, tanto aquele que envolveu o Eseb, de 2014, 2018 e esse último de 2022, e outros, me colocaram de frente com a democracia. Sempre olharei para isso. Porém, quero voltar a me dedicar um pouco mais para os partidos políticos e para as mudanças internas que eles podem ter tido. É um *back to the grounds*. Voltar, em pleno um quarto do século XXI, para aquilo que foi tão importante nos anos 1980, como inovação, pensando em organização partidária nesse tipo de instituição. Não vou deixar de lado o Eseb ou a democracia, porque tudo isso está involucrado na mesma coisa.

**Andrei Koerner:** Rachel, muito obrigado pela entrevista. Você gostaria de acrescentar alguma coisa ou algum ponto que, por acaso, nós não tematizamos, ou, ainda, apresentar indicações sobre temas para perseguirmos nas próximas entrevistas?

**Rachel Meneguello:** Não, a entrevista foi completa. Nós falamos de trajetória acadêmica, intelectual e institucional. Gostei muito de falar sobre essas coisas todas. É claro que depois sempre lembramos de algo que não foi dito ou perguntado, mas, talvez, possamos complementar isso em outra rodada de entrevista, quando o Departamento fizer setenta anos! Eu gostei da entrevista e agradeço o convite.

**Andrei Koerner:** Está certo. Muito obrigado.

**Oswaldo Amaral:** Eu queria agradecer a vocês todos, à Rachel, Mariele, Celly, Fernando e Andrei pelo excelente trabalho. É muito importante para nós todos, enquanto instituição, o registro da nossa memória. Imagino o trabalho que é até chegar ao roteiro finalizado e ainda tem muita coisa pela frente. No que vocês precisarem, podem contar comigo.

**Fernando Bizarro:** Eu gostaria de pontuar uma coisa. Se, em algum momento, for escrito alguma coisa sobre essa entrevista, eu gostaria de deixar registrado que a Rachel é

uma pessoa muito humilde. Ela disse ser quase uma coincidência que parte do trabalho dela antecede, no caso, o que foi a questão sobre o presidencialismo de coalizão, mas tem muitas coincidências como essa. O trabalho dela com o Bolívar, por exemplo, antecedeu a ideia de que a emergência do Partido dos Trabalhadores teria um papel fundamental para o sistema partidário brasileiro, que vai ser o argumento da área durante os próximos vinte anos. O trabalho dela que antecedeu o presidencialismo de coalizão trouxe um argumento sobre o papel dos partidos na organização do governo brasileiro que não tinha antes. Da mesma forma, o trabalho sobre a consolidação democrática e acerca da desconfiança com a democracia antecedeu a discussão sobre a crise da democracia brasileira, que ela disse que se percebeu em 2014, mas que a Rachel já estava trabalhando, pelo menos, desde, com certeza, o primeiro Eseb.

As coincidências da Rachel antecedem as coisas. Para mim, o certo é dizer que ela antecipa, de fato. Ela está liderando uma grande parte dos debates da Ciência Política brasileira. Mencionamos isso anteriormente, ela fez parte da onda behaviorista da Ciência Política brasileira nos anos 1980, em pesquisar comportamento político; ela fez parte da onda institucionalista, quando passou a pesquisar as instituições do governo nos anos 1990; e ela faz parte desse esforço, que está começando, de tentar entender a crise da democracia brasileira atual. E não só faz parte vindo a reboque da discussão, ela estava lá quando começou, é a hora que começa o trabalho da Rachel.

Eu queria deixar isso registrado. Se houver oportunidade de escrever isso, eu sugeriria que se escrevesse que a humildade dela impede que ela reconheça o que ela antecipa. Não é sem querer que ela antecede.

**Rachel Meneguello:** Estão vendo? Generosidade é isso que o Fernando acabou de fazer, porque foi muito generoso. Quando se faz muita regressão, acreditamos em acasos e aprendemos que está cheio de *outliers*, então, esses são os casos dos *outliers*, que caem fora da curva de onde deveriam cair.

**Fernando Bizzarro:** Mas se você errar os *outliers* toda vez, tem alguma coisa aí.

**Rachel Meneguello:** Pois é, tem algo errado com a constante ou alguma coisa assim. De toda forma, eu quero agradecer de novo essa entrevista, foi um prazer muito grande estar aqui com vocês, com pessoas que foram meus alunos, com pessoas que eu não conheço, com os meus colegas, Andrei e Oswaldo, com Fernando e Oswaldo, ex-orientandos, de muito coração.

**Mariele Troiano:** Eu quero muito agradecer ao professor Oswaldo, Fernando, Rachel, Celly, por essa parceria, e Andrei, pela coordenação. Realmente, foi uma honra. Rachel é uma professora que me inspira enquanto, agora, recém-ingressa na academia, já me inspirava como discente, e eu nunca fui aluna direta dela. Estou realmente muito feliz.

---

---

**FIM DA ENTREVISTA**



(...) Ter trinta partidos, a rigor, não é ruim; mas tê-los em uma câmara representativa, sim, é um problema. Tem que se ter em conta o desenho da força política dos partidos. Eu acredito que o nosso sistema eleitoral, o código e a legislação, precisam de ajustes. A última eleição já começou esse processo. Houve uma boa diminuição de siglas no Congresso Nacional, apesar de não ser enorme. Será que isso nos ajuda? Eu acredito que sim. (...)

(...) Há vinte anos nós fazemos a pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro aplicada logo após as eleições e, na de 2014, levamos um susto quando veio o dado da preferência pela democracia. Houve uma redução de 12 a 15 pontos, em um país em que, desde que começamos a fazer a pesquisa, existia uma linha ascendente nesse quesito. Foi um susto. O que estaria acontecendo? (...)

(...) O ano de 2013 era a crônica de uma morte anunciada sem saber que era uma crise da democracia. Hoje, eu posso ver assim. (...)

(...) Essa preocupação com o sistema representativo e com o populismo crescente, cabe destacar, não é somente latino-americana ou brasileira, ela é realmente ocidental das democracias partidárias. Outros países, como Itália e Hungria, têm passado por isso. (...)

(...) tratamos muito mal o conservadorismo e a direita brasileira. Nos encantamos muito com a consolidação democrática e deixamos de lado algumas coisas. Esses são temas que estão gritando, pedindo para que estudemos isso melhor. (...). Acredito que cabe a nós, da Ciência Política, nos dedicarmos à direita, ao conservadorismo nos partidos e ao que está acontecendo no movimento brasileiro de partidos políticos e, provavelmente, também, em toda a América Latina. (...)

